

# ENTRE ALGORÍTMOS E PODER: REFLEXÕES DE PABLO ORNELAS ROSA ACERCA DO TECNOCONSERVADORISMO E CONFLITOS SOCIAIS

*Igor Souza de Abreu<sup>1</sup>*

*Marlene Souza dos Santos<sup>2</sup>*

*Pablo Ornelas Rosa<sup>3</sup>*

**RESUMO:** Pablo Ornelas Rosa, doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e coautor do livro “Tecnoservadorismo e o Brasil Paralelo”, compartilhou suas reflexões sobre os desafios contemporâneos que emergem com as plataformas digitais. Durante a entrevista, abordou a relação direta dessas plataformas com a reprodução de desigualdades, com ênfase no racismo algorítmico. Rosa destacou como os algoritmos podem perpetuar e até amplificar preconceitos existentes na sociedade, criando barreiras adicionais para grupos marginalizados. A entrevista oferece uma análise crítica sobre a necessidade de uma abordagem mais ética e inclusiva no desenvolvimento e implementação de tecnologias digitais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnoservadorismo. Racismo algorítmico. Plataformas digitais. Desigualdades.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: igorsouzadeabreu@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8910-7917>.

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: nenasouza05@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6326-7517>.

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política (Mestrado Acadêmico) e em Segurança Pública (Mestrado Profissional) da Universidade Vila Velha. E-mail: pablorsa13@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9075-3895>.

## **BETWEEN ALGORITHMS AND POWER: PABLO ORNELAS ROSA'S REFLECTIONS ON TECHNOCONSERVATISM AND SOCIAL CONFLICTS**

**ABSTRACT:** Pablo Ornelas Rosa, PhD in Social Sciences from the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC/SP) and co-author of the book “Technoconservatism and Parallel Brazil,” shared his reflections on the contemporary challenges that emerge with digital platforms. During the interview, he addressed the direct relationship of these platforms with the reproduction of inequalities, with an emphasis on algorithmic racism. Rosa highlighted how algorithms can perpetuate and even amplify existing prejudices in society, creating additional barriers for marginalized groups. The interview offers a critical analysis of the need for a more ethical and inclusive approach in the development and implementation of digital technologies.

**KEYWORDS:** Technoconservatism. Algorithmic racism. Digital platforms. Inequalities.

## **ENTRE ALGORÍTMOS Y PODER: REFLEXIONES DE PABLO ORNELAS ROSA ACERCA DEL TECNOCONSERVADURISMO Y LOS CONFLICTOS SOCIALES**

**RESUMEN:** Pablo Ornelas Rosa, doctor en Ciencias Sociales por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (PUC/SP) y coautor del libro “Tecnocconservadurismo y Brasil Paralelo”, compartió sus reflexiones sobre los desafíos contemporáneos que surgen con las plataformas digitales. Durante la entrevista, abordó la relación directa de estas plataformas con la reproducción de desigualdades, con énfasis en el racismo algorítmico. Rosa destacó cómo los algoritmos pueden perpetuar e incluso amplificar los prejuicios existentes en la sociedad, creando barreras adicionales para los grupos marginados. La entrevista ofrece un análisis crítico sobre la necesidad de un enfoque más ético e inclusivo en el desarrollo e implementación de tecnologías digitales.

**PALABRAS-CLAVE:** Tecnocconservadurismo. Racismo algorítmico. Plataformas digitales. Desigualdades.

Nosso encontro com Pablo Ornelas Rosa aconteceu de forma híbrida, mas nem por isso foi menos instigante. O convite para esta entrevista surgiu do interesse mútuo em aprofundar as discussões sobre tecnoconservadorismo, especialmente em suas conexões com o racismo algorítmico e os conflitos sociais, temas que atravessam tanto a trajetória acadêmica de Pablo quanto as reflexões que orientam este Dossiê. Inicialmente, elaboramos um roteiro de perguntas e enviamos ao pesquisador, que prontamente aceitou o convite e, com generosidade, sugeriu que nos reuníssemos virtualmente para uma conversa mais fluida. Por morarmos em estados diferentes, marcamos um encontro pelo *Google Meet* e, naquela ocasião, nos conhecemos. O que se seguiu foi uma troca instigante, na qual discutimos os desafios contemporâneos que emergem com as plataformas digitais e sua relação direta com a reprodução de desigualdades, o fortalecimento de discursos conservadores e os impactos do racismo algorítmico na organização da vida social.

A entrevista foi gravada e transcrita, e, em um gesto de extrema atenção ao rigor acadêmico, Pablo gentilmente revisou o material, acrescentando referências aos autores mencionados ao longo da conversa, ampliando ainda mais o alcance da discussão. A preocupação com precisão teórica e metodológica é uma característica constante em sua produção, o que se reflete em sua extensa trajetória acadêmica.

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2012), Pablo também é mestre em Sociologia Política (2008) e bacharel em Ciências Sociais (2005) pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Realizou estágios de pós-doutorado em Psicologia (2020) e em Saúde Coletiva (2018) na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, além de um pós-doutorado em Sociologia (2014) na Universidade Federal do Paraná - UFPR. Atualmente, conduz uma pesquisa de doutorado em Psicologia Institucional na UFES. Desde 2013, atua como professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política (Mestrado Acadêmico) e em Segurança Pública (Mestrado Profissional) da Universidade Vila Velha - UVV. Além disso, integra o Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (Mestrado Profissional) do Centro Universitário Vale do Cricaré - UniVC

e participa do curso de especialização em Direito Penal e Criminologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Desde 2023, também leciona no curso de especialização em Cannabis Sativa da Sociedade Brasileira de Estudos Canábicos - SBEC. Atualmente, coordena o Núcleo de Pesquisa em Ativismos, Resistências e Conflitos - NUPARC (PPGSP/PPGSEG/UVV), consolidando uma trajetória acadêmica voltada para a intersecção entre política, justiça e mobilizações sociais.

Com seu olhar crítico, Pablo compartilhou conosco reflexões fundamentais ao longo da entrevista. O resultado dessa troca está registrado nas páginas a seguir, trazendo contribuições que esperamos serem tão relevantes para o debate quanto foram para nós durante esse diálogo.

## 1) TECNOCONSERVADORISMO E RACISMO ALGORÍTMICO

**Nesse primeiro bloco, gostaríamos de saber o que o senhor entende por tecnoconservadorismo e como enxerga a relação entre tecnoconservadorismo e a perpetuação de desigualdades estruturais no Brasil? Há evidências de que as plataformas tecnológicas sejam utilizadas para reproduzir ou intensificar o racismo algorítmico?**

**Pablo Ornelas Rosa:** Primeiramente, gostaria de agradecer a Marlene Souza dos Santos, Igor Souza de Abreu e Ivan Souza de Abreu pelo convite para esta entrevista que compõe o Dossiê “Racismo Algorítmico, Vigilância e Controle Social no Brasil: Impactos e Perspectivas do uso das Tecnologias na Era Digital”, organizado por estes pesquisadores e que está sendo publicado pela *Revista Temáticas*, associada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas - UNICAMP.

Realmente me sinto lisonjeado pela oportunidade que me foi oferecida em poder apresentar alguns elementos que compõem estudos que tenho realizado desde 2018 sobre a ascensão da extrema direita e a sua relação com a *plataformização* (POELL *et al.*, 2020), *capitalismo de plataforma* (SRNICEK, 2018), *capitalismo de vigilância* (ZUBOFF, 2020), *sociedade de plataforma* (DIJCK *et al.*, 2018) etc., em parceria com outros pesquisadores e pesquisadoras.

Sendo assim, início a entrevista, respondendo que, por tecnoconservadorismo, entendo o conjunto de discursos que compõe uma agenda política, econômica, social e cultural associada à extrema direita do século XXI, que atua de forma imperialista e neocolonial, mesclando perspectivas neoliberais, libertárias, tradicionalistas, monarquistas e, sobretudo, conservadoras (embora pudesse associar ainda ao fascismo e ao integralismo a partir da adesão ao lema “Deus, Pátria, Família”, assim como ao nazismo com sua máxima *Deutschland über alles* associada a expressão “Brasil acima de tudo”), utilizando-se da *governamentalidade algorítmica* (ROUVROY & BERNIS, 2015) – ou seja, regulando a conduta dos indivíduos por meio de funções algorítmicas capitaneadas pela inteligência artificial a partir de comandos que se baseiam na captura de grandes volumes de dados utilizados pelas plataformas digitais para modular a atenção de seus usuários – para finalidades tecnopolíticas (CABALLERO & SABARIEGO, 2022), incidindo não apenas nas democracias liberais, mas também comprometendo as eleições de diversos países, conforme mostrou Manuel Castells (2018) em seu livro intitulado *Ruptura*.

Nesse sentido, parto da hipótese de que a agenda neoconservadora que se desdobrou no tecnoconservadorismo, tem início com o Colóquio Walter Lippmann, ocorrido em 1938, passando pela constituição da Sociedade Mont Pelérin fundada em 1947, assim como por outros demais espaços de atuação de intelectuais neoliberais, tais como Louis Rougier, Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow, Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, Raymond Aron, Bertrand de Jouvenel, Karl Popper etc., culminando com a adesão ao anarcocapitalismo ou libertarianismo, se preferir, consolidado no discurso daqueles novos agentes do capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2018) que nasce no Vale do Silício.

Na minha opinião, o autor que melhor analisou o desenvolvimento do neoliberalismo que nasce em meados do século XX, culminando com a silicolonização do mundo (SADIN, 2018) consolidada no início do século XXI, foi Michel Foucault (2008), em seu curso intitulado *Nascimento da biopolítica*. Naquela aula-livro, o autor mostra como se deu a passagem do liberalismo clássico para os neoliberalismos, que teriam produzido um novo sujeito histórico no século XX, ou seja, um novo *homo oeconomicus*, que não

opera mais somente pelo modo da troca, mas pelo modo da concorrência, apresentando-se não mais como uma ideologia política, tampouco como uma teoria econômica, mas como um modo de existir.

Este sujeito, que age sempre motivado por ganhos, acabou transformando todas as suas relações em cálculos e práticas envolvendo formas de empreender, já que tudo pode ser visto e tratado como um grande mercado. Todavia, com as plataformas digitais sendo utilizadas tecnopoliticamente em decorrência da precisão de seus resultados publicitários através do uso cada vez mais intenso da inteligência artificial e dos algoritmos em nosso cotidiano, parece que este *sujeito-empresa* (DARDOT & LAVAL, 2016) que nasce com o neoliberalismo alçou outro patamar, na medida em que os aplicativos criados no Vale do Silício por *Big Techs* como Meta e Alphabet, tais como *YouTube, Instagram, Facebook* etc., acabaram produzindo um novo tipo de mercado conduzido por certa forma de capitalização que pode se converter, inclusive, em monetização, a partir da relevância do perfil de seus usuários que é baseada no número de seguidores, curtidas e compartilhamentos de seu administrador, ou seja, por sua capacidade de influenciar.

Aqui, temos como exemplo, de um ponto de vista tecnopolítico, a figura do candidato eleito a algum cargo público, que opera concomitantemente como influenciador digital, muitas vezes recebendo salário e monetização pelo conteúdo extremista produzido e compartilhado por ele, alcançando uma audiência enorme de seguidores que são, em sua grande maioria, também eleitores.

Aliás, o fenômeno da *silicolonização do mundo* (SADIN, 2018) e sua relação com a extrema direita, ficou bastante evidente na posse de segundo mandato de Donald Trump à presidência da república dos Estados Unidos, ocorrida no dia 20 de janeiro de 2025, que contou com a presença e apoio dos principais executivos das cinco maiores *Big Techs* do planeta. Estes, compartilham de uma visão de mundo bastante semelhante, tendo em vista que os seus discursos estão sustentados pelos mesmos elementos que permitiram a emergência de uma nova racionalidade, assim como de um novo sujeito histórico, conduzido pelo chamado neoliberalismo. Contudo, o fenômeno da *plataformização* (Poell *et al.*, 2020), com a sua

consequente *colonização de dados* (Silveira, 2022) decorrente da *dataficação da vida* (LEMOS, 2021), parece ter agravado a dimensão da concorrência, permitindo a concentração não apenas da riqueza, mas de informações que são extraídas massivamente da população planetária, de maneira que não há precedente em toda a história da humanidade.

Para identificar o tecnoconservadorismo é necessário compreender que ele se apresenta como uma abordagem que combina entusiasmo em relação aos avanços tecnológicos com a defesa intransigente do capitalismo, assim como a adesão aos valores tradicionais que envolvem um modelo de família patriarcal, o colonialismo, a manutenção das estruturas sociais hierárquicas e, principalmente, a salvaguarda de certa concepção de liberdade de expressão que envolve o direito a desqualificação, a ofensa, a violência, a patologização e a criminalização de movimentos sociais representados por grupos subalternos e vulneráveis, tais como mulheres, pretos, indígenas, população LGBTQIAPN+ etc., recorrentemente associados ao espectro político da esquerda, que se materializa no comunismo, progressismo, coletivismo, intervencionismo, dentre outros termos desqualificadores de um ponto de vista político à extrema direita.

A Escola Austríaca de Economia, por sua vez, contribuiu significativamente com essa visão ao enfatizar o papel do mercado como regulador supremo das relações sociais e econômicas. Para os teóricos dessa corrente, a exemplo de Hayek (2010), qualquer tentativa de intervenção estatal na economia resulta em distorções e ineficiências, o que reforça a ideia de que a desigualdade social não deve ser combatida por políticas públicas, mas sim entendida como uma consequência natural dos mecanismos de mercado. Nesse sentido, a interseção entre o tecnoconservadorismo e a Escola Austríaca de Economia estabelece um discurso que associa desenvolvimento tecnológico à manutenção de privilégios e da meritocracia, justificando desigualdades com base em uma suposta ordem espontânea do mercado.

Essa visão se entrelaça com determinados discursos conduzidos tanto pelo pensamento escolástico cristão ancorado em São Tomás de Aquino, quanto pela psicologia evolutiva, que muitas vezes são utilizados na naturalização de hierarquias sociais e comportamentais. Ao apresentar

o comportamento humano como fruto de adaptações biológicas imutáveis, a psicologia evolutiva passa a ser instrumentalizada para sustentar argumentos conservadores sobre diferenças de raça, gênero, classe e etnia (MCKINNON, 2021). Dessa forma, ela acaba sendo incorporada a uma narrativa que busca validar desigualdades contemporâneas como reflexos inevitáveis de processos evolutivos, afastando a possibilidade de mudanças estruturais promovidas por políticas públicas ou ações coletivas.

Por fim, essas perspectivas convergem para a perpetuação de uma racionalidade neoliberal que se manifesta tanto como doutrina econômica quanto religiosa, legitimadas cientificamente e moralmente, que passam a ser instrumentalizadas com muito mais intensidade pelas plataformas digitais como um modo de subjetivação. O indivíduo afetado pela *governamentalização neoliberal* é condicionado a se perceber como um *empresário de si mesmo*, responsável único por seu sucesso ou fracasso, enquanto as estruturas institucionais que poderiam mitigar desigualdades são sistematicamente desmontadas. Nesse contexto, a tecnopolítica contemporânea capitaneada pela extrema direita acaba por reforçar um modelo de sociedade em que a tecnologia não emancipa, mas fortalece estruturas de poder já estabelecidas, consolidando um quadro de exclusão e desigualdade sob o pretexto da eficiência e do progresso.

É por isso que ao discutir o racismo algorítmico, é essencial compreender que há uma série de estruturas tecnológicas que reforçam desigualdades históricas. No livro *Tecnoconservadorismo e Brasil Paralelo*, analisamos estudos sobre essa temática, incluindo as contribuições de Safiya Umoja Noble (2021), demonstrando como algoritmos perpetuam viés racial e desigualdade social. Essa discussão é fundamental para compreendermos as dinâmicas de poder que estruturam o hodierno capitalismo de plataforma.

Nesse sentido, talvez o aspecto que mais mereça destaque quando pensamos o papel das plataformas digitais e sua relação com o racismo algorítmico, é a presunção equivocada acerca da existência de algum tipo de neutralidade. A obra de Safiya Umoja Noble (2021), intitulada *Algoritmos da Opressão*, o livro *Políticas da Imagem*, de Giselle Beiguelman (2021), bem como o escrito *Racismo Algorítmico* de Tarcísio Silva (2022) são

importantes contribuições destinadas a compreensão acerca da ausência de neutralidade dentro das plataformas digitais.

Todavia, creio que o estudo intitulado *Racismo algorítmico: uma análise da branquitude nos bancos de imagens digitais* realizado por Augusto Jobim do Amaral, Fernanda Martins e Ana Clara Elesbão (2021), se destaque junto aos demais, justamente por constatar que os resultados apresentados por meio de bancos de imagens analisados costumam ser racializados, privilegiando a centralização da branquitude como universalidade, reduzindo a multiplicidade de subjetividades e existências à sua representação. Isso fica evidente nos resultados predominantemente representativos da branquitude para consultas por palavras-chave genéricas, que, em tese, não deveriam direcionar o predomínio de uma única expressão racial, étnica e cultural.

Nesse caso, chamo a atenção para esta investigação, porque estes pesquisadores verificaram que o uso da palavra-chave *family* nos três bancos de imagens analisados produziu como *output* um conjunto de materiais gráficos cujo contexto imagético é majoritariamente representativo de famílias brancas, salvo a exceção do banco de imagens *Getty Images*, que apresentou resultados mais equitativos, ao menos no aspecto analisado neste estudo, diferentemente do que ocorreu com *Shutterstock* e *Stockphotos*.

Nesse sentido, creio que a possibilidade de modulação de nossa atenção e crenças - decorrente do que Shoshana Zuboff (2020) chamou de *superávit comportamental*, extraído dos dados que disponibilizamos a cada movimento que damos no *mouse* como contrapartida para acessar de forma supostamente gratuita as plataformas digitais - seja a grande ameaça as democracias liberais que se encontram em declínio na aurora do século XX, quando utilizadas de forma tecnopolítica, conforme presenciamos na posse de Donald Trump, que contou com uma saudação nazista conduzida por Elon Musk, CEO da X, em seu discurso.

Aliás, o recente estudo que venho desenvolvendo com jovens conservadores que se identificam como *Red Pill* tem mostrado que há um lugar bem evidente dentro deste universo, destinado ao sexismo, a misoginia, a transfobia, a homofobia e até mesmo racismo. Isso ocorre porque há para esses sujeitos - que estou investigando a partir de um processo de subjetivação que se manifesta nos seus respectivos engajamentos e conteúdo nas

plataformas digitais, em especial no *YouTube* - um olhar condicionado sobre grupos minoritários sendo sempre pertencentes a um lugar menor na hierarquia social. Um lugar que naturalmente emerge dentro da sociedade a partir de uma lógica fundamentada ora pela psicologia evolutiva ora pelo pensamento escolástico, porém tendo o capitalismo concorrencial, o anti-comunismo e a oposição veemente ao intervencionismo como resposta econômica para qualquer tipo de problema social.

## **2) ECONOMIADA ATENÇÃO E RADICALIZAÇÃO DO DISCURSO**

Em seus estudos e entrevistas, o senhor, assim como outros teóricos, aponta que as plataformas digitais operam por uma lógica centrífuga, caracterizada pela amplificação e disseminação de discursos radicais. Essa dinâmica, atrelada ao aumento exponencial de gastos em publicidade direcionada, não apenas captura a atenção dos usuários, mas também fomenta a produção e consolidação de sujeitos radicalizados. Nesse sentido, gostaria de saber, a partir de seus estudos, como essa lógica de economia da atenção, que estimula a radicalização e molda subjetividades, impacta as dinâmicas de controle social e vigilância, especialmente sobre grupos racializados e economicamente vulneráveis?

**Pablo Ornelas Rosa:** Na minha graduação, tive uma formação clássica: um semestre de Marx, um de Weber e um de Durkheim. Depois, fomos estudando os desdobramentos disso. É importante? Sim. E muito! Porém, não podemos perder de vista que vivemos em um mundo completamente diferente do que estes autores conheciam. Embora suas ideias sejam fundamentais para desenvolver ferramentas analíticas, teóricas, metodológicas, conceituais, conjecturais etc., as leituras que eles fizeram à época seriam um tanto quanto anacrônicas se considerarmos o tempo presente. Aliás, em relação ao acesso à informação, Marx, Durkheim e Weber, por exemplo, tinham como referência o jornal. Desde então, passamos pelo rádio, pela televisão e agora estamos sendo

condicionados pelas telas dos *smartphones*, *tablets* e computadores mediados por plataformas digitais.

Hoje, o engajamento depende do tipo de conteúdo produzido. Se envolver discurso de ódio ou extremismo, a atenção que ele desperta é muito maior. Isso significa mais engajamento e, conseqüentemente, mais possibilidade de monetização. Ou seja, a estrutura das plataformas digitais – especialmente as publicitárias, como a Meta – está ancorada em um modelo de negócios que lucra com discursos extremistas. Se você reduz o discurso de ódio, reduz o lucro. E estamos falando de grandes empresários que ganham dinheiro com esse tipo de conteúdo. Não é por acaso que estiveram ao lado de Donald Trump, pois promovem discursos que patologizam pessoas LGBTQIA+, desqualificam pessoas negras, inferiorizam mulheres etc.

Além disso, essas *Big techs* operam de forma nada transparente, condicionando nossa atenção sem que saibamos exatamente como isso é instrumentalizado. É um ponto fundamental: quando um discurso de direita circula nessas plataformas, a proporção da difusão é muito maior do que quando se trata de um discurso de esquerda. Isso nos leva ao que alguns autores vêm discutindo — e aqui posso citar Giuliano da Empoli (2019), com *Os Engenheiros do Caos*, Christian Dunker (2019), com *A Psicologia das Massas Digitais* no livro *Democracia em Risco?*, Byung Chul Han (2022) com *Infocracia*, dentre muitos outros. No passado, quando jornais, rádios e TVs dominavam a comunicação, havia uma tendência centrípeta. O que isso significa? Quanto mais consensual e diplomático o discurso, maior a articulação das coligações políticas, maiores eram as chances de um candidato ser eleito. O tempo de TV era crucial para uma campanha.

Com as plataformas digitais, esse movimento se inverte. Agora, a tendência é centrífuga: quanto mais radicalizado, extremista, falacioso e mentiroso for o discurso, maior o alcance. Ou seja, não há como disputar a verdade dentro dessas plataformas. A verdade, o fato, a realidade no ambiente digital é passível de modulação e, portanto, sempre encontra-se suscetível à publicidade conduzida pela plataforma. O que prevalece não é o real, mas a verdade publicitária, a verdade que gera cliques, engajamento e receita publicitária com a monetização.

Em seu livro *Capitalismo de Plataformas*, Nick Srnicek (2018) descreve bem essa lógica ao apontar que existem diferentes perfis de plataformas, mas as mais perigosas são justamente as publicitárias – como Google e Facebook. Elas vivem de capturar nossos dados massivamente por meio de curtidas, compartilhamentos e preferências que expomos em *timelines* que são propositalmente infinitas. O objetivo é que passemos mais tempo nelas, oferecendo nossa atenção como moeda. Esses dados são então comercializados e usados pela inteligência artificial para modular nossos comportamentos, nossos olhares e, no fim das contas, nossa visão de mundo.

Nesse caso, as plataformas digitais não apenas amplificam os discursos de ódio, como ainda lucram com sua difusão. Isso significa que a disseminação de ódio e desinformação não é um efeito colateral, mas sobretudo um componente estrutural do modelo de negócios dessas empresas. Como resultado, grupos já historicamente marginalizados e populações economicamente vulneráveis tornam-se alvos prioritários desse discurso, sendo constantemente desumanizados, criminalizados e associados a ameaças.

Podemos então considerar, que no limite, empresas como Google, Facebook, assim como outras demais plataformas publicitárias atuam como verdadeiros instrumentos de controle social, capturando dados massivamente para vendê-los a governos e corporações. Isso permite que tecnologias de vigilância sejam aprimoradas, facilitando políticas repressivas direcionadas a grupos já criminalizados, além de reforçar ciclos de desinformação sobre questões sociais e políticas, que muitas vezes criminalizam a pobreza, legitimam políticas punitivistas e aprofundam desigualdades.

### 3) PLATAFORMAS DIGITAIS E SUJEITO CRIMINAL

**Em outra oportunidade, especificamente em uma entrevista, o senhor menciona que o tecnoconservadorismo emerge a partir de dificuldades de nomear tradições conservadoras que surgem junto às plataformas digitais, onde há um novo processo em curso que incorpora um conservadorismo que se utiliza de estratégias**

tecnopolíticas para se afirmar, para criar engajamento e orientar atenção das pessoas. Nesse caso, indo um pouco além, se considerarmos que as plataformas digitais ajudam a moldar sujeitos radicalizados por meio de discursos polarizados, poderíamos assumir que esse processo também produz um “outro” — um novo sujeito criminal ou inimigo social? Se sim, quem seria esse “outro” e como ele se relaciona com as dinâmicas de controle racializado e seletividade do sistema de segurança pública?

**Pablo Ornelas Rosa:** A promoção de ideais pela extrema direita não constitui uma novidade. A concepção do homem branco, cisgênero e heteronormativo no poder já existia anteriormente. No entanto, o que se observa agora é a utilização de estratégias tecnopolíticas para revitalizar e reforçar essa estrutura hierárquica colonial, direcionando e capturando a atenção das pessoas. A lógica subjacente permanece inalterada: sustentar que mulheres, negros, indígenas, pessoas trans e outros grupos considerados “anormais” não apenas seriam privilegiados em decorrência de ações afirmativas, como também seriam incapazes de ocupar determinados espaços, pois ameaçariam os valores tradicionais defendidos pelo conservadorismo. Diante desse cenário, a solução proposta é um retorno ao passado em busca de uma suposta “salvação”.

Por isso, há tanto apreço pelo passado nesses discursos. Veja o exemplo da Pietra Bertolazzi, que quando perguntada num podcast em que momento histórico gostaria de viver, respondeu: a Idade Média. Uma mulher dizendo que queria viver na Idade Média, um dos piores contextos históricos para mulheres. Mas, esse passado que eles resgatam não é qualquer um. Ele tem um recorte bem específico: é um passado generificado, racializado, onde os papéis estão bem delimitados — e a mulher ocupa um lugar menor em relação ao homem.

Essa questão torna-se ainda mais evidente ao analisar figuras como Elon Musk. Em uma entrevista concedida ao polêmico psicólogo conservador Jordan Peterson (2018), autor do *best seller* “12 regras para a vida”, Musk declarou abertamente que seu projeto político visa combater a cultura *woke*. A motivação por trás disso? O rompimento de relações com

sua filha trans. Esse ressentimento pessoal transforma-se em uma cruzada política contra o *identitarismo*. Consequentemente, ele alinha-se a Donald Trump para enfrentar essa suposta ameaça. O problema reside no fato de que esses indivíduos não reconhecem que eles próprios são identitários — na verdade, os primeiros identitários, que nascem com o colonialismo. Constantemente, eles definem o outro como inferior, como alguém que necessita ser controlado.

A origem dos ataques sistemáticos a mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, indígenas, negros e outros grupos historicamente marginalizados, reside na percepção de que, ao reivindicarem direitos, esses grupos estariam negando a ideia da meritocracia e recusando a lógica de que todos concorrem em pé de igualdade. O mundo, segundo eles, seria uma grande competição, e só os mais adaptados prevalecem. Para sustentar essa visão de mundo recorrem à psicologia evolutiva e tentam aplicar essas ideias às relações sociais, eventualmente mobilizando discursos religiosos que coadunam na defesa do reconhecimento de uma hierarquia social e natural. O pressuposto implícito seria que, se na natureza prevalece essa dinâmica, não haveria razão para ser diferente com os seres humanos.

Então, na visão tecnoconservadora, antes da modernidade esses lugares estavam bem definidos. E talvez, segundo essa lógica, devêssemos voltar a esse modelo. Bauman (2017) chama isso de *retropia* — um presente moldado por uma visão idealizada do passado. E nessa *retropia*, o Estado teria um papel mínimo. Ele não deveria intervir na economia, na sociedade, nem na vida das pessoas, porque, para eles, o próprio Estado seria o responsável pela desigualdade social. O coletivismo, conceito mobilizado por Hayek (2010) para desqualificar qualquer forma de política social, é visto como uma ameaça. E é aí que entra aquele tipo de comparação absurda: socialismo e nazismo seriam a mesma coisa, porque ambos defendem a coletividade que, nessa perspectiva, levaria ao totalitarismo.

No fundo, esse discurso tecnoconservador não só reforça o controle sobre grupos subalternizados, mas também cria um inimigo social: qualquer um que questione essa hierarquia tradicional. Mulheres, negros, pessoas trans, indígenas — todos esses grupos se tornam uma ameaça à ordem que eles querem restaurar. E aí a tecnologia entra como

um instrumento importante de reforço dessas dinâmicas. As plataformas digitais ajudam a moldar esse cenário, amplificando o medo, o ressentimento e a ideia de que o passado era melhor. Um passado que, na prática, só beneficiava um grupo muito específico.

#### **4) CONSERVADORISMO E GOVERNAMENTALIDADE**

**A partir do conceito foucaultiano de governamentalidade, como o senhor interpreta o papel do tecnoconservadorismo na produção de sujeitos que, ao serem expostos a discursos de segurança e ordem, passam a aceitar práticas de vigilância e controle como legítimas, normais e até desejáveis? Em que medida esses sujeitos internalizam tais práticas como necessárias, mesmo que isso signifique renunciar a direitos e liberdades fundamentais? Além disso, como o senhor avalia a contradição de que, enquanto práticas de controle e vigilância são naturalizadas, a “liberdade de expressão” é frequentemente utilizada como moeda de troca por extremistas para justificar discursos de ódio e radicalismo? Quais são as implicações dessa dualidade no reforço de dinâmicas de controle social e na ampliação de desigualdades estruturais no Brasil?**

**Pablo Ornelas Rosa:** Isso vai depender muito do segmento. No meio empresarial, cristão, masculinista, anti-gênero, anti-comunismo, anti-LGBTQIAPN+, anti-ambientalista, pró-mercado concorrencial, pró-capitalismo de plataformas com sua defesa intransigente à certo tipo de liberdade de expressão que permite a monetização através da difusão de discursos de ódio etc., há uma diversidade de livros circulando, muitos publicados pelo Instituto Mises, Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, Vide Editorial, Auster, Avis Raras, dentre muitas outras editoras alinhadas com a extrema direita. O que chama atenção é que, no contexto de guerra cultural, os livros se tornaram verdadeiras armas estratégicas utilizadas na legitimação de sua agenda. É por meio deles que os seus discursos ganham validade. E, nos últimos anos, o Brasil viu surgir uma enxurrada de novas editoras voltadas justamente para esse público. Antes, o mercado

editorial das ciências humanas nas livrarias era outro; hoje, editoras como as mencionadas passaram a ocupar um lugar de destaque nesses espaços.

Se procurarmos por um discurso sobre modelo de família e mercado, padrões de conduta ou de sexualidade conservadores, embasados na psicologia evolutiva em articulação com o cristianismo, certamente vamos nos deparar com os mesmos autores que são mobilizados como referência. Certamente o principal deles é Jordan Peterson (2018), que esteve no Brasil a convite da Brasil Paralelo e se tornou uma referência central para esse público<sup>4</sup>. Tanto que a editora Ludwig Von Mises<sup>5</sup> publicou uma coletânea de textos sobre ele (DART, 2024), assim como a CEDET<sup>6</sup> (BARRETO *et al.*, 2021; KACZOR & PETRUSEK, 2023), grupo empresarial que possui várias editoras, incluindo a Vide Editorial, Ecclesiae, Auster etc. Este, possui um papel central não apenas na difusão desse tipo de conteúdo, mas também na sua legitimação junto à opinião pública, em busca da constituição de um novo regime de verdade tecnoconservador.

Curiosamente, quando perguntei para Heloisa de Carvalho, filha de Olavo de Carvalho, se ela conhecia o dono da CEDET, César Kyn D'Ávila, ela me respondeu: “Então, Pablo, o César Kyn D'Ávila é o *backer* do olavismo”. Ele que entende sobre o funcionamento das redes. Ou seja, o crescimento da editora não foi só um acaso; há um entendimento técnico sobre como operar no ambiente digital. Olavo de Carvalho, por exemplo, foi um dos pioneiros nesse processo de instrumentalização das plataformas digitais. E muita gente que ganhou relevância depois – Mamãe Falei, Ana Caroline Campagnolo, Nicolas Ferreira, dentre muitos outros – só conseguiram ganhar visibilidade nacional porque Olavo de Carvalho fez uma espécie de curadoria para diversas editoras, incluindo o grupo CEDET. Ele selecionava títulos estratégicos, como *A Mente Esquerdista*, de Lyle Rossiter (2016), que defende a ideia de que ser de esquerda é paecer de um transtorno mental. Ou o livro *A mente criminosa*, de Stanton

---

<sup>4</sup> <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/e-hoje-jordan-peterson-palestra-pela-primeira-vez-no-brasil>. Acesso em: 31/janeiro/2025.

<sup>5</sup> <https://lvmeditora.com.br/>. Acesso em: 31/janeiro/2025.

<sup>6</sup> <https://www.cedet.com.br/>. Acesso em: 31/janeiro/2025.

Samenow (2020), que se define abertamente como neolombrosiano, dentre tantos outros.

Aliás, o livro de Samenow (2020) foi utilizado como uma das principais referências teóricas de *Bandidolatria e Democídio*, escrito por dois promotores de justiça do Rio Grande do Sul. A difusão deste livro escrito por Diego Pessi e Leonardo Giardin de Souza (2017) foi tamanha que gerou discussões no Ministério Público de Minas Gerais sobre a possibilidade de incluí-lo em concursos, conforme constatou o meu maior parceiro de pesquisa, Aknaton Toczec Souza (2024) em sua segunda tese de doutorado, intitulada *Concurseiros: uma análise da trajetória e formação dos agentes do sistema de justiça criminal*. Além dele, gostaria de mencionar alguns importantes parceiros e parceiras de pesquisa, tais como Giovane Matheus Camargo, Marcelo Bordin, Felipe Lazzari da Silveira, Augusto Jobim do Amaral, David Nemer, Maria Cristina Dadalto, Teresa da Silva Rosa, Paulo Edgar da Rocha Resende, Jésio Zamboni, Ramiro de Ornelas Rosa, Marcia Barros Rodrigues, Paulo César Pontes Fraga, Breno Buxton dos Reis Vieira, Vitor Amorim de Angelo, Tatiane Braga, dentre outros.

A primeira página do livro escrito pelos promotores de justiça que se identificam como conservadores, traz uma dedicatória para Olavo de Carvalho. O conteúdo? Uma sucessão de equívocos grosseiros, distorções teóricas, tentativas de desqualificar o campo acadêmico, meios de comunicação corporativos e demais instituições. Isso porque o livro inabilita a sociologia, a psicologia e demais campos das ciências humanas, reprovando, inclusive, os estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Além disso, combina correntes teóricas deveras distantes, como se Alessandro Baratta, Hans Kelsen e Luigi Ferrajoli, por exemplo, compartilhassem de uma mesma perspectiva analítica.

Hoje, essas categorias – *bandidolatria e democídio* – circulam amplamente nos discursos dos tecnoconservadores que, por sua vez, desdobram-se em várias vertentes da extrema direita. Tem o tecnoconservadorismo monarquista e o anti-monarquista, o mais liberal e o mais libertário. Alguns são mais tradicionalistas, envolvendo o cristianismo. No entanto, no final das contas, todos defendem um modelo de conduta baseado na família e na sexualidade tradicional, bem como na crença inquestionável

sobre a necessidade de existência de um livre mercado concorrencial global como único modelo político e econômico possível para o tempo presente.

Dentro do próprio conservadorismo há uma ruptura interessante. De um lado, há os que se alinham à Igreja Católica e ao neoliberalismo, ligados a grupos cristãos; de outro, há os tradicionalistas que consideram a Igreja Católica moderna demais, voltando-se para a Igreja Ortodoxa Russa. Essa é a linha do Alexander Dugin (2012), autor da *Quarta Teoria Política*, que adota uma perspectiva tanto marxista quanto fascista (Rosa, Angelo, Almeida, Vieira, 2024), enxergando o imperialismo americano e o próprio capitalismo como inimigos, conforme encontramos em seu debate com Olavo de Carvalho (DUGIN & CARVALHO, 2012).

Outro ponto relevante é o crescimento da chamada *machosfera* ou *manosfera*, onde os adeptos do movimento *red pill* talvez sejam o grupo jovem mais expressivo no Brasil. Eles têm um discurso neoliberal bastante evidente, sustentado na crença de que o problema das sociedades modernas estaria relacionado diretamente ao tamanho dos Estados e a solução para isso se daria por meio da autonomia fiscal e financeira, bem como por meio do uso do *bitcoin* que aparece como símbolo dessa liberdade. Mas há gradações dentro deste movimento. Alguns são mais radicais, como Renato Trezoitão (Amoedo; Chramm, 2021), que escreveu o livro *Bitcoin Redpill*. Outros operam de maneira mais diluída. Todavia, o ponto em comum é que grande parte deles monetizam seus conteúdos. São *coaches*, que produzem vídeos no *YouTube*, vendem cursos. E, no final, o discurso gira sempre em torno de três eixos: masculinidade, empreendedorismo e a busca por relacionamentos com “mulheres de valor”.

Ou seja, há um ecossistema bem estruturado de produção e difusão de discursos tecnoconservadores, que passa por editoras, plataformas digitais e influenciadores. E é justamente por meio desse sistema que as práticas de vigilância e controle se tornam aceitáveis, normais e até mesmo desejáveis para muitos desses sujeitos.

## 5) DESINFORMAÇÃO COMO CONTROLE SOCIAL

**O senhor menciona que a desinformação é uma ferramenta poderosa para criar engajamento e orientar a atenção. Nesse caso, como o tecnoconservadorismo instrumentaliza a desinformação para reforçar hierarquias sociais e justificar projetos de vigilância direcionados a comunidades específicas?**

**Pablo Ornelas Rosa:** O século XXI, especialmente em decorrência do aprimoramento das tecnologias que envolveram inicialmente a internet e que se desdobraram nas plataformas digitais, deu lugar a uma nova forma de produzir subjetividade. Esse fenômeno pode ser descrito como uma verdadeira máquina de subjetivação que condiciona nosso olhar e nossa atenção, e a partir disso monetiza seu conteúdo, obtendo ganhos financeiros com isso. Além disso, essas plataformas digitais se apropriam dos dados que fornecemos de maneira voluntária e gratuitamente em troca de acesso a seus serviços, e os comercializam com outras empresas com o objetivo de modular nossa atenção. Embora isso possa parecer insignificante, é importante notar que a televisão já realizava essa função, mas de uma maneira completamente diferente. Este é um exemplo abordado em nosso livro.

Ao apresentar em nosso livro (ROSA *et al.*, 2024), o caso de um jovem de 16 anos que está em uma aula de história do Brasil, cujo tema é a ditadura civil-militar brasileira iniciada em 1964, porém não presta atenção na aula, procurando posteriormente por um vídeo no *YouTube* sobre este assunto, é possível identificar a forma como a Brasil Paralelo produz certa subjetivação referente a sua versão “paralela” da história do Brasil, relatada em seus episódios. Nesse caso, ao inserir no buscador da plataforma a palavra “1964”, o *YouTube* vai sugerir como primeiro resultado o documentário da Brasil Paralelo, intitulado *1964 - O Brasil entre Armas e Livros*<sup>7</sup>. Isso ocorre porque a Brasil Paralelo se apresenta como uma empresa de educação e entretenimento legitimando discursos

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: 31/janeiro/2025.

que vão na contramão da historiografia brasileira, produzindo o que Sônia Meneses (2019) chamou de *história abusiva*, justamente a partir da publicidade direcionada pelo *YouTube*.

Embora o *YouTube* se declare uma plataforma neutra, essa neutralidade é completamente questionável. Na verdade, há uma “caixa preta” perigosa cujos mecanismos não são transparentes. A razão pela qual o *YouTube* recomenda certos vídeos em detrimento de outros é desconhecida, inclusive pelo próprio governo brasileiro. Essa mudança na percepção da realidade e a ascensão de veículos comunicacionais como Jovem Pan, Gazeta do Povo, Revista Oeste, Brasil Paralelo, dentre tantos outros, deve-se, em grande parte, à influência das plataformas digitais, que disseminam informações e conteúdo de maneira incontrollável e com maior rapidez do que as informações verificadas.

A disseminação de informações falsas ocorre rapidamente. Um exemplo disso é o vídeo sobre o Pix de Nikolas Ferreira, que alcançou um público muito grande, apesar de ser abertamente falacioso. A atenção das pessoas foi direcionada e mobilizada, mas o funcionamento do algoritmo que permitiu essa ampla disseminação permanece desconhecido, configurando-se como uma “caixa preta”, em que ninguém sabe ao certo como isso funciona.

Esse ambiente inevitavelmente gera desigualdades. Na extrema direita, é muito comum encontrarmos a adoção de discursos conduzidos por Olavo de Carvalho, em que o insulto se torna uma obrigação (CARVALHO, 2016; 2018). O livre uso de discursos de ódio e ofensas evidencia o caráter e as estratégias utilizadas por esses grupos, como exemplificado pelas condutas de figuras como Mamãe Falei e Gustavo Monteiro. Outra estratégia envolve o ataque contínuo às universidades públicas, ao mesmo tempo em que esses grupos defendem a lógica da acumulação e do empreendedorismo, promovendo uma visão que desvaloriza a educação. Além disso, intensificam os ataques às minorias, recorrendo a discursos de ódio como ferramenta de exclusão e controle.

## 6) RESISTÊNCIA E CONTRA-NARRATIVAS

Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão pela sua disponibilidade em compartilhar suas análises e estudos conosco. Para encerrar, gostaríamos de saber, diante do avanço do tecnoconservadorismo e da crescente vigilância algorítmica, quais estratégias o senhor considera mais eficazes para a construção de resistências e contra-narrativas na era digital? Como ampliar espaços de crítica, fomentar a democracia e proteger grupos mais vulneráveis às dinâmicas de controle e exclusão promovidas por essas tecnologias?

**Pablo Ornelas Rosa:** Novamente, agradeço pelo convite e pela oportunidade de contribuir com o Dossiê, especialmente diante de um tema tão urgente e relevante.

Sobre a questão levantada, há um trabalho interessante publicado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo que foi realizado por Isabela Kalil (2018), identificando 16 perfis de bolsonaristas. Esse estudo mostra a diversidade desse grupo, o que evidencia como Olavo de Carvalho conseguiu aglutinar essas forças difusas em torno do bolsonarismo.

Do outro lado, a esquerda também se encontra bastante fragmentada. Hoje, temos intelectuais como Nancy Fraser (2019) e Chantal Mouffe (2020), dentre outras, defendendo um populismo de esquerda como resposta ao tecnopopulismo da extrema direita. Há quem argumente que essa abordagem é necessária, enquanto outros apontam que a saída para o tecnopopulismo não será possível, pois quem determina o que consumimos são os próprios donos das *Big techs*. E aí há um problema: muitas análises falham em perceber que essas plataformas não são neutras, mas sim máquinas sociotécnicas que operam como máquinas políticas, moldando nossos olhares e transformando a política em tecnopolítica.

Então, qual seria a saída? A curto e médio prazo, a única possibilidade realista é a regulamentação dessas plataformas pelos Estados. A longo prazo, acredito que o caminho seria o abandono gradual dessas *Big*

*techs*. Claro que isso não é simples. Viajar para outro país e precisar de um transporte, por exemplo, muitas vezes significa depender do Uber. Mas já existem alternativas locais surgindo. No Espírito Santo, por exemplo, conheci um motorista que relatou que um grupo de trabalhadores criou uma plataforma cooperativa para reduzir a exploração do Uber, garantindo melhores condições para os motoristas<sup>8</sup>. Esse é um dos muitos exemplos de resistências possíveis.

O grande problema das *Big techs* é que sua lógica de funcionamento prioriza o lucro dos acionistas, não os trabalhadores que efetivamente prestam os serviços. Assim, esses profissionais acabam ainda mais explorados, pois são convencidos de que são empreendedores e não empregados. Isso os leva a aceitar uma precarização maior, pois internalizam a ideia de que o sucesso ou fracasso depende exclusivamente deles. No final das contas, se algo der errado, a culpa será deles, não do modelo econômico que os empurra para essa posição. Essa subjetivação neoliberal silicolonizada (SADIN, 2018), agora intensificada por uma governamentalidade algorítmica, reforça a ideia de que a solução para todos os problemas está no empreendedorismo.

Mas essa saída voluntária pela própria lógica das plataformas digitais não vai acontecer. Na pior das hipóteses, dependeremos da regulamentação estatal. Se deixarmos essa questão nas mãos das *Big techs*, elas continuarão se fortalecendo, capturando mais dados, lucrando com a desinformação e influenciando os processos políticos e eleitorais. Afinal, elas lucram mentindo, pois é a mentira que gera engajamento.

Vemos isso de maneira muito evidente nos Estados Unidos e em vários outros países que vivem esse momento de tecnopopulismo. Hoje, as *Big techs* têm mais poder do que muitos Estados, chegando a pressionar governos para flexibilizar legislações que favorecem sua atuação na coleta massiva de dados e sua consequente manipulação política. A extrema direita internacional possui uma agenda articulada que tem sido compartilhada por líderes na América Latina, tais como Bolsonaro, Milei, Bukele, dentre outros, juntamente com representantes à extrema direita de demais países.

<sup>8</sup> <https://www.seculodiario.com.br/cidades/espírito-santo-tem-primeira-cooperativa-de-motoristas-de-aplicativo-do-brasil/>. Acesso em: 01/fevereiro/2025.

Por isso, a ideia de que essas plataformas funcionam como uma “praça pública” é um mito. Qualquer dado postado nelas permanece para sempre, e o que as plataformas fazem, no máximo, é ocultá-los temporariamente. Diferente do grito em uma praça pública, que se dissipa, o que é dito no meio digital se torna permanente e pode ser usado para finalidades que não conseguimos sequer imaginar.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Augusto J.; MARTINS, Fernanda; ELESBÃO, Ana C. Racismo algorítmico: uma análise da branquitude nos bancos de imagens digitais. *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas*, v. 26, n. 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/21904/2/Racismo\\_algortmico\\_uma\\_anlise\\_da\\_branquitude\\_nos\\_bancos\\_de\\_imagens\\_digitais.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/21904/2/Racismo_algortmico_uma_anlise_da_branquitude_nos_bancos_de_imagens_digitais.pdf) Acesso em: 31/janeiro/2025.
- AMOEDO, Renato; SCHRAMM, Alan. *Bitcoin Red Pill – O renascimento moral, material e tecnológico*. Alan Schramm Editora: São Paulo, 2021.
- BARRETO, André A.; ESCORSIN, Francisco; PERRONI, Thomaz; Tiago, AMORIM. *Arrume seu quarto: Um guia para entender Jordan Peterson*. Campinas, 2021.
- BAUMAN, Zygmunt. *Retropia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BEIGUELMAN, Gisele. *Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera*. São Paulo: Ubu, 2021.
- CABALLERO, Francisco S.; SABARIEGO, Jesús. *Tecnopolítica, cultura cívica y democracia*. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2022.
- CARVALHO, Olavo de. *O dever de insultar*. Campinas: Vide Editorial, 2016.
- CARVALHO, Olavo de. *O mínimo que você precisa fazer para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

- CASTELLS, Manuel. *Ruptura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DART, Ron. *Mito e significado em Jordan Peterson*. São Paulo: LVM, 2024.
- DUGIN, Alexander. *The Fourth Political Theory*. London: Arktos, 2012.
- DUGIN, Alexandre; CARVALHO, Olavo de. *Os Estados Unidos e a Nova Ordem Mundial*. Campinas: Vide Editorial, 2012.
- DUNKER, Christian. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- EMPOLI, Giuliano da. *Os Engenheiros do Caos*. São Paulo: Vestígio. 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FRASER, Nancy. *Contrabegemonía ya! Por un populismo progressista que enfrente al neoliberalismo*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2019.
- HAN, Byung Chul. *Infocracia: Digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- HAYEK, Friedrich von. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil / Instituto Liberal, 2010.
- KACZOR, Christopher; PETRUSEK, Matthew. *Jordan Peterson, Deus e o cristianismo*. Campinas: Ecclesiae, 2023.
- KALIL, Isabela. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. In: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em: 21/ julho/2022.

- LEMOS, André. Dataficação da vida. *Civitas*, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/39638/26950>. Acesso em: 31/janeiro/2025.
- MCKINNON, Susan. *Genética neoliberal: Uma crítica antropológica da psicologia evolutiva*. São Paulo: Ubu, 2021.
- MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- NOBLE, Safiya U. *Algoritmos da opressão*. Santo André: Rua do Sabão, 2021.
- PESSI, Diego; SOUZA, Leonardo G. *Bandidolatria e demócídio*. São Luís: Resistência Cultural, 2017.
- PETERSON, Jordan. *12 regras para a vida*. Rio de Janeiro: Atlas Books, 2018.
- POELL, T.; NEIBORG, D.; DIJCK, J. V. Plataformização. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 20, n. 1, p. 2- 10, 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01>. Acesso em: 31/janeiro/2025.
- ROSA, Pablo O.; ANGELO, Vitor A.; ALMEIDA, Victor A. VIEIRA, Breno B R. *Tecnoservadorismo e o Brasil Paralelo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.
- ROSSITER, Lyle. *A mente esquerdista*. Campinas: Vide Editorial, 2016.
- ROUVROY, A., BERNS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?. *Revista Eco Pós*, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14169605-Governamentalidade-algoritmica-e-perspectivas-deemancipacao-o-dispar-como-condicao-de-individuacao-pela-relacao.html>. Acesso em: 31/janeiro/2025.
- SADIN, Éric. *La silicolonización del mundo: La irresistible expansión del liberalismo digital*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

- SAMENOW, Stanton E. *A mente criminosa*. Campinas: Vide Editorial, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Descolonizar*. Abrindo a história do presente. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Boitempo, 2022.
- SILVA, Tarcízio. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Sesc São Paulo, 2022.
- SILVEIRA, Sérgio A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In CASSINO, João F.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio A. *Colonialismo de dados*. São Paulo: Hedra, 2021.
- SOUZA, Rodrigo F. National Review, o moderno conservadorismo americano e a luta para “salvar” os EUA do comunismo, do liberalismo e da integração racial (1955-1959). *Revista de História da Universidade de São Paulo – USP*, n. 138, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167096/170150>. Acesso em: 31/janeiro/2025.
- SOUZA, Aknaton Toczek. *Concurseiros: uma análise da trajetória e formação dos agentes do sistema de justiça criminal*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, 2024.
- SRNICEK, Nick. *Capitalismo de plataforma*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
- TEITELBAUM, Benjamim. *Guerra pela eternidade*. Campinas: UNICAMP, 2020.
- USTRA, Carlos A. B. *A verdade sufocada*. Brasília: SER, 2018.
- ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: Luta por futuro humano na nova fronteira de poder*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2020.

Texto recebido em 03/02/2025 e aprovado em 13/05/2025